

O TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR CONCEPÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO.

Ademir Vilaronga Rios Junior.

Cita:

Ademir Vilaronga Rios Junior (2017). *O TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR CONCEPÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1199>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO

Ademir Vilaronga Rios Junior

avriosjunior@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo discutir sobre a realidade da Região Nordeste, no Brasil, e a presença histórica do Trabalho Infantil. Buscaremos ao longo do texto compreender a condição sócio-histórico e político-econômica dessa região para poder entendermos como o trabalho infantil fez parte dessa construção regional. O trabalho apresentado buscou, a partir de uma análise crítica, qualitativa, via exploração bibliográfica e análise de dados primários e secundários, compreender os elementos que perpassaram essa realidade. Na Região Nordeste novas relações são reproduzidas no arcaico e o arcaico nas novas, assim velhos e novos padrões não capitalistas acabam sendo estabelecidos em uma condição ainda mais dependente, desigual e combinado, frente ao capitalismo tardio nacional, que colocam essa região num lugar subalterno do desenvolvimento do país. A condição do Nordeste brasileiro na economia nacional contribui para a precarização da vida dos trabalhadores, que recebem o mais baixo valor pela sua força de trabalho entre as regiões. Esse fator implica na necessidade da participação dos membros da família para a manutenção das necessidades básicas; de tal forma que além de envolver o trabalho feminino, necessita também da força de trabalho de crianças e adolescentes. Essa reprodução subalterna da região coloca ainda mais vulnerável as crianças e os adolescentes, principalmente aquelas que têm a sua força de trabalho explorada, recebendo os mais baixos salários, trabalhando de forma mais intensa e mais precarizadas; tornando-se um empecilho para o seu enfrentamento. O trabalho infantil não é uma realidade apenas da região em estudo, mas é um fenômeno social que perpassa as contradições sociais vivenciadas na sua história; de tal forma que esteve presente em seu processo produtivo e reprodutivo. Esse fenômeno, que é anterior ao capitalismo, assume uma particularidade não apenas pontual, mas intrínseco ao processo de produção e reprodução da lógica burguesa de acumulação, enquanto necessária às mudanças em curso do



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

capital. Realidade que coloca a infância nordestina em condições ainda mais vulneráveis a essa lógica de exploração. Por isso a necessidade da aproximação sobre essa realidade contemporânea, bem como a compreensão das suas determinações e suas implicações frente às mudanças sociais e econômicas nesse momento histórico, principalmente em tempos de crise do capital.

ABSTRACT

This essay aims to discuss the reality of the Northeast Region in Brazil and the historical presence of Child Labor. Throughout the text we will try to understand the socio-historical and political-economic condition of this region in order to understand how child labor was part of this regional construction. The present work sought, from a critical, qualitative analysis, through bibliographic exploration and analysis of primary and secondary data, to understand the elements that permeated this reality. In the Northeast, new relations are reproduced in the archaic and the archaic in the new, so old and new non-capitalist patterns end up being established in an even more dependent, unequal and combined condition, in the face of late national capitalism, which place this region in a subaltern place of development. The condition of the Brazilian Northeast in the national economy contributes to the precariousness of the life of the workers, who receive the lowest value for their workforce between the regions. This factor implies the need for family members to participate in the maintenance of basic needs; so that in addition to involving women's work, it also needs the workforce of children and adolescents. This subaltern reproduction of the region places even more vulnerable children and adolescents, especially those who have their exploited workforce, receiving the lowest wages, working more intensely and more precariously; becoming a hindrance to their coping. Child labor is not a reality only in the region under study, but it is a social phenomenon that runs through the social contradictions experienced in its history; in such a way that it was present in its productive and reproductive process. This phenomenon, which predates capitalism, assumes a peculiarity not only punctual, but intrinsic to the process of production and reproduction of bourgeois logic of accumulation, as necessary to the ongoing changes of capital. Reality that puts Northeastern children in conditions even more vulnerable to this logic of exploitation. Therefore the need to approach this contemporary reality, as well as the understanding of its determinations and their implications for social and economic changes in this historical moment, especially in times of capital crisis.

Palabras clave

Trabalho infantil, Capitalismo Dependente, Brasil

Keywords

Child Labor, Dependent Capitalism, Brazil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

O presente ensaio tem como objetivo discutir sobre o trabalho infantil e sua presença na Região Nordeste. Buscaremos ao longo do texto compreender a condição sócio-histórico e político-econômica dessa região para poder entender como essa forma de trabalho faz parte dessa construção regional.

Sabemos que o trabalho infantil não é uma realidade apenas da região em estudo, mas é um fenômeno social que perpassa as contradições sociais vivenciadas na história do capitalismo e está presente em seu processo produtivo e reprodutivo, principalmente na produção primária-agrícola.

Esse fenômeno, que é anterior ao capitalismo, assume uma particularidade não apenas pontual, mas intrínseco ao processo de produção e reprodução da lógica burguesa de acumulação, enquanto necessária às mudanças em curso do capital. Novas relações são reproduzidas no arcaico e o arcaico nas novas; assim, velhos e novos padrões não capitalistas acabam sendo estabelecidos em uma condição ainda mais dependente, desigual e combinado que colocam essa região num lugar subalterno do desenvolvimento do país.

Essa reprodução subalterna da região coloca ainda mais vulnerável as crianças e os adolescentes, principalmente aquelas que têm a suas forças de trabalhos exploradas, recebendo os mais baixos salários, trabalhando de forma mais intensa e mais precarizada. Tornando-se um empecilho para o enfrentamento a esse tipo de exploração, o que coloca a região entre aquelas que possuem altos índices de superexploração.

Por isso a necessidade da aproximação dessa realidade contemporânea, bem como a compreensão das suas determinações e suas implicações frente às mudanças sociais e econômicas nesse momento histórico, principalmente em tempos de crise do capital.

Entende-se, assim, que os dados peculiares dessa realidade estudada implicam no recrudescimento de um padrão ainda mais atrasado em uma região que prevalece grandes oligarquias agrárias que querem manter esse processo de acumulação primitiva. Realidade que deixa a infância nordestina em condições ainda mais vulneráveis a essa lógica de produção e reprodução do capital.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

A utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes não é um fenômeno recente, ou uma condição que emergiu no modo de produção capitalista, mas uma expressão que perpassou outras fases da história. Ramos (2007) aponta, por exemplo, que nas embarcações portuguesas e espanholas que saíam para “desbravar” as “novas terras” era composta de um quadro significativo de crianças. Eram recrutados órfãos, filhos de pedintes ou mesmo até raptados para servir nas embarcações.

No entanto, é na fase de produção capitalista que essa dinâmica de trabalho assume uma particularidade não apenas pontual, mas intrínseco ao processo de produção e reprodução da lógica burguesa de acumulação. Assim, cada momento dessa (re) produção ocupa um lugar estratégico, ora sendo absorvido ora sendo expulso.

No caso brasileiro, como observado por Ramos (2007), já no período colonial, através da chegada dos Europeus, havia a cultura de exploração crianças; e essa realidade se amplia com o processo de escravidão que deu bases de sustentação do modelo dependente do país. Ana Lúcia Kassouf (2007) afirma que essa realidade de exploração, de crianças, filhas/os dos escravos, foi muito comum no período da escravidão legal no país.

Engels (2010) ao buscar explicar a condição da classe trabalhadora na Inglaterra observava que antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinha lugar na casa do trabalhador. Os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e sua situação material era bem superior à de seus sucessores; não precisavam matar-se de trabalhar, seus ganhos dava para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio. E seus filhos se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas.

No entanto, essa realidade se altera quando a força de trabalho passou a ser o elemento central para extração da mais-valia e a acumulação do capital. Quando o trabalho que produz valor de uso (trabalho concreto) está subsumido diretamente ao capital como valor de troca (trabalho abstrato). E o trabalho deixa de produzir apenas as necessidades humanas, próprias, e passa a produzir a necessidade do outrem.

Essa realidade de exploração para Engels (2010) é resultado do modelo implementado nos últimos séculos, pois antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tinha lugar na casa do trabalhador. Ou seja, todo processo era feito na própria casa e o trabalhador sobrevivia suportavelmente, tinham sua situação material bem superior à de seus sucessores e não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais que desejavam. Pondera Engels que “Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinha de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas.” (2010, p.46). Para Engels a sociedade coloca o operário em condições que não é capaz de conservar a sua saúde e de seus filhos.

Contexto diferenciado no momento contemporâneo, pois o trabalho em domicílio, em especial nos APLs, não assume mais essa realidade apontada por Engels, ao contrário, são proletários do capital fora das fábricas, pois todo o processo produtivo se adapta as demandas da lógica produção e circulação, de forma fragmentada. Assim, as necessidades e o tempo de trabalho já não são o trabalhador que regula e sim o mecanismo externo a ele e a família. Nesse contexto a família vai se valer dos espaços de reprodução e dos membros das famílias para a produção, assumindo dessa forma os custos da reprodução social; que diante da condição de superexploração os condicionam a essa realidade de subsunção real e formal da força de trabalho.

O trabalho infantil, portanto, assume uma determinação intrínseca ao processo de acumulação, enquanto necessária às mudanças em curso do capital e se constitui em uma fonte alternativa para a redução dos custos da sua composição variável. Essa observação já foi apontada por Marx, ao tratar sobre a jornada de trabalho. Assim descreve:

[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho [...] capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. [...] compra mais força de trabalho ao substituir progressivamente trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis. (2013, p.711)

Marx (2013) traz a luz, ao analisar relatórios da época, a realidade da exploração desmedida, em especial, o trabalho infantil nas bases da industrialização inglesa. Expõe como os diversos ramos da indústria inglesa, expandindo-se também por outros territórios, a exemplo da Escócia, exploravam das olarias à panificação e mantinham suas relações de trabalho sem limites legais, ou mesmo que fossem limitadas, eram burlados pelos “donos dos meios de produção”, em nome do mais valor.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em vista destas informações, reafirmamos que a força de trabalho de crianças e adolescentes dos filhos dos trabalhadores sempre compuseram o processo de geração de mais-valor sob a égide do capital, compondo o exército industrial de reserva. Já as crianças pobres e órfãs, na sua condição de *lupemproletariado*, como designa Marx no capítulo sobre *A lei geral da acumulação capitalista*, serviam nos momentos de escassez.

A utilização dessa força de trabalho se mantém de forma contínua e intensa em países que estão na periferia do capitalismo, a exemplo do caso brasileiro. Assim, a condição de superexploração dos seus trabalhadores contribui para agudizar a utilização dessa forma de trabalho - lógica implementada que trouxe para a periferia do capital o que os países do centro não admitem na livre concorrência. Essa força de trabalho, “dócil, barata e imatura” foi e é necessária para a reprodução do capital, que ora absorve, ora expulsa, dependendo das condições reais da acumulação do capital. Realidade em que se amplia e intensifica-se sob o processo de precarização e superexploração, e que vem intensificando-se nos modelos de externalização e flexibilização da produção.

Corroboramos a Terçalia Lira quando ela afirma que o trabalho infantil não é especificidade desse modo de produção, mas que se configura com a ampliação da exploração. A sua ampliação ou especificidade é “[...] fruto de um modelo de desenvolvimento que exclui os adultos para incluir de forma cruel crianças e adolescentes, comprometendo o seu futuro.” (2013, p. 2-3). Pois, a condição de pauperização da vida do trabalhador adulto leva esses sujeitos a oferecer sua força de trabalho como mercadoria, para contribuir com a complementação salarial da família para a sua reprodução. Já que, com o processo de modernização da indústria, a ampliação do exército de reserva, proporcionou aos capitalistas baratarem, cada vez mais, o preço pago pela força de trabalho.

Essa é uma condição do trabalho nos países dependentes, que para compensar a perda de mais-valia a reação é compensá-la no plano de produção interna através dos seguintes mecanismos: aumento da intensidade do trabalho, que aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtida através de uma maior exploração do trabalho e não do incremento de sua capacidade produtiva. Prolongação da jornada de trabalho, aumento da mais-valia absoluta (aumento do trabalho excedente). E reduzindo o consumo do operário. O fundo necessário de consumo do operário torna-se fundo de acumulação do capital. (Marini, 2011).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A condição do capitalismo periférico contribuiu para o padrão produtivo do centro do capital e alguns elementos são essenciais para esse entendimento, conforme Marini (2011), são eles: contribui em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos; permite o desenvolvimento do capital comercial e bancário, sustentando o sistema de manufatureiro europeu ao mesmo tempo em que propicia o surgimento da grande indústria; exportam bens primários em troca de manufaturas de consumo e dívidas.

Para Marini (2011), a partir daí a América Latina insere-se em uma estrutura definida, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), desempenhando importante papel na economia mundial, aprofundando a divisão do trabalho e a especialização dos países industriais. Conforme o autor, nessa nova etapa na DIT a “[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa [...]” (2011, p.138). No entanto, a sua participação só foi possível, fundamentalmente, com base em uma maior exploração do seu trabalhador.

Assim, a sua contribuição não se deu apenas para sustentação da grande indústria, como os meios de subsistência contribuiu para o incremento da classe operária industrial. De forma que *configura a sua condição de dependência*, via subordinação entre nações formalmente independentes, já que as suas relações de produção, das nações subordinadas, são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da sua dependência.

A inserção da América Latina na economia capitalista, sob a sua condição de dependência e de troca desigual, contribuiu para a passagem para a Mais-Valia Relativa (MRV) nos países centrais. Isso se dá, conforme Marini (2011), pois a sua condição de fornecimento de matéria prima e em especial o alimento (meios de subsistência) reduz o valor da força de trabalho do operário do capitalismo central. Contribuiu, assim, na redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que haja o incremento da produtividade e se traduza ali em taxas de Mais-Valia (MV), cada vez mais elevadas. A América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, como também contribuiu para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação do capital cria para essa expansão. Contribuiu para o aumento da taxa de lucro, eleva a taxa de MV e reduz o capital constante.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nessa relação de troca desigual, o capitalista dependente precisa recorrer a esses mecanismos para garantir não só a sua parte da MV como a parte que cabe ao capitalista central. Sua produção, baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da FT; e por meio da baixa composição-valor do capital, reduzida inserção de força de trabalho. Ou seja, esses mecanismos configuram-se na maior exploração do trabalho e não no desenvolvimento de suas capacidades produtivas. Porquanto os trabalhadores não têm assegurado as suas condições mínimas de reprodução, sendo negadas as condições necessárias para repor o desgaste de sua FT: remuneração abaixo do seu valor e superexploração. Relação que provocam esgotamento prematuro e retira a possibilidade do consumo indispensável para conservar a FT em estado normal.

Essa condição periférica cria condições para o reaparecimento da força de trabalho de crianças e adolescentes na produção de bens de consumo, a exemplo da confecção têxtil. Bens estes que precisam ter uma condição de barateamento para que a própria classe trabalhadora possa adquirir, atrelado a espaços informais de produção, em especial ao trabalho em domicílios nas facções.

Assim, é nesse espaço de precarização das condições de trabalho na contemporaneidade que precisamos buscar a aproximação dessa realidade, de forma que possamos contribuir com a leitura para além da aparência. Esse modelo de produção vem sendo utilizado no processo de fragmentação da produção industrial nacional e internacional, por vias de terceirização da produção, a exemplo do que acontece nas APLs.

Essa dinâmica contemporânea vem sendo observada no processo de periferização, na periferia da periferia, da produção industrial em regiões como a Nordeste, através dos projetos de “desenvolvimento local” via Arranjos Produtivos Locais, após os anos 1990; e tem contribuído para essa nova/velha realidade, que aqui entendemos como reaparecimento dessa força de trabalho – infantil, informal e precarizada -, como uma dinâmica real e estruturante, ou seja, sem a exploração dessa força de trabalho poderia não garantir a reprodução destes sistemas “locais” de produção.

Essa nova dinâmica do capitalismo dependente tem implicado impactos econômicos e sociais nestas regiões das APLs: ampliação das condições de precarização do trabalho via trabalho informal, altas jornadas de trabalho, trabalho em domicílio, por peça, sem contratos de trabalho, além do envolvimento de trabalho de crianças e adolescentes no sistema produtivo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

É nessa realidade de crescimento econômico e precarização do trabalho, atrelado aos baixos índices de desenvolvimento social, no processo de interiorização da produção (semi-industrial, informal ou mesmo tendo o ambiente doméstico como local de produção), que identificamos como um espaço propício de reprodução da exploração do trabalho infantil. Nestes espaços produtivos, uma nova dinâmica do trabalho infantil contemporâneo se estabelece, e que precisa ser compreendida, como expressão da nova etapa do capitalismo flexível, de reestruturação produtiva e como rebatimento da sua crise estrutural.

Martins ao buscar entender essas relações de exploração entende que a supressão da infância não é temporária e a sua força de trabalho contribui para o processo de ampliação do exército de reserva, que também as tornam descartável e sem esperança, parcelas amplas da humanidade. De tal modo, que “A criança absorvida, já como mão-de-obra excedente, pelo mercado de trabalho, tem o seu destino inteiramente submetido ao processo de reprodução do capital e da sociedade.” (1993, p.16).

Sobre essa realidade, da inserção da criança e do adolescente no mundo do trabalho, sabemos que entrou tardiamente nas discussões políticas e econômica. Está realidade só se altera, frente as mudanças e as correlações de forças que vão ocorrendo, principalmente com a ampliação da classe operária; quando as suas pautas começaram a ocupar lugar de destaque no âmbito político, no decorrer do Século XX.

A reação dos países desenvolvidos ao elevar os padrões trabalhistas mínimos tornou-se necessária para garantir a competição com os países “em desenvolvimento”, pois o custo do trabalho, mais barato nesses países, lhes dava vantagem no comércio internacional, e o trabalho infantil contribuiria ainda mais para esse rebaixamento (Veiga,1998). Como podemos perceber, foi à manutenção da livre concorrência do mercado que levou as pressões internacionais a adotarem essas medidas, não foi para limitar a sua exploração, mas para assegurar a acumulação dos grandes capitalistas centrais. O que nos leva a afirmar que a burguesia jamais iria preocupar-se com a infância dos filhos dos trabalhadores.

As discussões enfrentaram a reação da burguesia com as suas posições contrárias às limitações postas em relação à utilização dessa força de trabalho. No entanto, historicamente, o trabalho na



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

infância foi visto pela sociedade brasileira como necessário para a educação da criança pobre e do estabelecimento de valores morais e sociais (Rizzinni, 2009; Faleiros, 2009).

Assim como em outros contextos do capitalismo central, no Brasil, as primeiras discussões sobre a temática apresentaram reações da burguesia com as suas posições contrárias às limitações postas em relação à utilização dessa força de trabalho. No entanto, mesmo com fortes oposições dos capitalistas, houve avanços no que se refere às legislações que passaram a limitar a idade mínima e as condições de trabalho desse público, a exemplo do Código de Menores de 1927.

Entretanto, mesmo depois de pressões internacionais e dos avanços nas legislações no decorrer do século, em especial com a consolidação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, o trabalho infantil é ainda uma realidade na economia local brasileira, em pleno Século XXI. As leis por si só, não foram capazes de amenizar estas contradições, somente após as influências internacionais e através das mobilizações internas das organizações sociais, que foi possível dar visibilidade a esta realidade vivenciada no país.

A partir da década de 1990, tendo por base a direção legal a Doutrina de Proteção Integral da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto, há um progressivo crescimento de movimentos e organizações sociais, sob influência de agências e organismos internacionais, que se articulam na denúncia e dão visibilidade midiática aos casos de exploração de crianças e adolescentes em especial aos casos existentes nas carvoarias, lixões e no corte da cana-de-açúcar.

Após essa visibilidade nacional e internacional, o Estado passou a criar políticas focalizadas nestes setores e regiões de maior índice de exploração, o que resultou na criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1996. Esse programa inicia em Mato Grosso do Sul e em 1997 chega ao Estado do Pernambuco para atender as crianças em situação de exploração nos canaviais.

Após essas políticas de enfrentamento, em especial ao PETI e ao Programa Bolsa Escola houve uma redução no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Nos anos 1990 havia 8.423.448 crianças e adolescentes em condição de trabalho entre as faixas etárias de 5 a 17 anos, já em 2015 foi reduzido para 2,7 milhões (IBGE/PNAD, 2016). Os dados apontam uma dinâmica de redução expressiva, no entanto, na primeira década deste século (XXI), a partir de 2010,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

as variações não impactaram em uma redução significativa. Os dados variam e oscilam a depender da idade, da área de atuação ou mesmo da região geográfica, como observaremos a seguir através dos dados do PNAD 2015.

Os dados mais recentes do trabalho infantil, o PNAD 2015 (IBGE/PNAD, 2016) expõe a realidade das taxas no ano de 2014 nas idades de 5 a 17 anos, que foram: 9,2% na Região Norte; 8,7% na Região Nordeste; 10,2% na Região Sul; a Região Centro-Oeste era 8,2%; e a menor taxa foi verificada na Região Sudeste de 6,6% em 2014.

Conforme dados do PNAD 2015 encontravam-se na situação de trabalho infantil, 412 mil pessoas no grupo de 5 a 13 anos de idade e 2,3 milhões, no grupo de 14 a 17 anos de idade. Em dados percentuais dos 2,7 milhões de pessoas ocupadas no grupo de 5 a 17 anos de idade, 15,4% é o que correspondiam a pessoas na situação de trabalho infantil (5 -13 anos), ou seja, aqueles que não deviam estar em condição de trabalho pois a lei só permite a inserção ao trabalho a partir dos 14 anos, como jovem aprendiz. No entanto sabemos que mesmo aqueles que estão em condição legal de trabalho (14 -17 anos) estão inseridos em condições precarizadas e de informalidade, em condições de desproteção dos seus direitos.

Nas Regiões Norte e Nordeste os percentuais na faixa etária entre 5 e 13 anos sobem para 21,6% e 21,2%, respectivamente, conforme dados do PNAD/2015. O que demonstram que a representação dessa realidade acaba exercendo impactos diferenciados em relação a condição da funcionalidade que ocupa certas regiões do país, como periferia da periferia.

É importante esclarecer que entre os 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil, há um grupo que, embora minoritário, está legalmente empregado, seja na condição de aprendiz, seja por outros vínculos previstos na CLT. Conforme dados do Censo 2010, 3,9% da população ocupada no Brasil era de trabalhadores na faixa etária entre 10 e 17 anos. Deste percentual, 3,9%, apenas 0,6% tinham sua carteira assinada, ou seja, dos 1.807.945 na faixa etária entre 16 e 17 anos, apenas havia 477.168 empregados com carteira de trabalho. Dados esses, que demonstram as condições precarizadas que vivem estes sujeitos sem as proteções mínimas, que são os que estão assegurados a todos os trabalhadores.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A Região Sudeste tem os menores dados percentuais, enquanto isso aquelas regiões como o Sul, Norte e o Nordeste têm suas taxas mais elevadas. O valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 a 17 anos na Região Nordeste é o menor de todas as regiões, conforme Censo 2010, que tinha o rendimento do trabalho principal médio de apenas R\$ 253,71, enquanto a média nacional era de R\$ 401,57. A realidade do Nordeste brasileiro na economia nacional, de periferia da periferia, contribui para a precarização da vida desses sujeitos, que além de serem trabalhadores, ainda recebem o mais baixo valor pela sua força de trabalho entre as regiões.

Esses velhos e novos padrões capitalistas acabam sendo estabelecidos em realidades da periferia do capital e se imbrica a sua forma de “desenvolvimento”. Essa reprodução no capitalismo dependente torna ainda mais vulnerável as crianças e os adolescentes que tem a sua força de trabalho explorada, recebendo os mais baixos salários, trabalhando de forma mais intensa e mais precarizadas em comparação as outras regiões, como demonstram os dados citados.

III. Metodología

O presente trabalho é resultado de um estudo para entender a dimensão do trabalho infantil na Região Nordeste brasileira a partir da perspectiva histórico-crítico, com uma direção qualitativa. No decorrer do estudo fomos a fontes marxistas (Marx e Engels) para compreender essa realidade no processo de consolidação da sociedade capitalista. Fizemos uma revisão da literatura, dos clássicos e contemporâneos, bem como buscamos fontes secundárias através de dados estatais como o Censo 2010 e as recente PNAD.

IV. Análisis y discusión de datos

O trabalho infantil assume uma determinação intrínseca ao processo de acumulação, enquanto necessária às mudanças em curso do capital e se constitui em uma fonte alternativa para a redução dos custos da sua composição variável. Reafirmamos que a força de trabalho de crianças e adolescentes dos filhos dos trabalhadores sempre compuseram o processo de geração de mais-valor sob a égide do capital, compondo o exército industrial de reserva.

Entendemos que essa forma de exploração da força de trabalho infantil é condição intrínseca às necessidades do capital, esteve e permanece presente no seu processo de acumulação, em especial nos países de capitalismo dependente, ou seja, nos que tiveram sua entrada no capitalismo tardio, que



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

se mantém na condição de desigual, combinado e periférico. Realidade em que se amplia e intensifica-se sob o processo de precarização e superexploração, em especial nos modelos de externalização e flexibilização da produção.

É nessa realidade de crescimento econômico e precarização do trabalho, atrelado aos baixos índices de desenvolvimento social, no processo de interiorização da produção (semi-industrial, informal ou mesmo tendo o ambiente doméstico como local de produção), que identificamos como um espaço propício de reprodução da exploração do trabalho infantil.

V. Conclusiones

Na Região Nordeste novas relações são reproduzidas no arcaico e o arcaico nas novas como aponta Oliveira (2008), assim velhos e novos padrões não capitalistas acabam sendo estabelecidos em uma condição ainda mais dependente, desigual e combinado, frente ao capitalismo tardio nacional, que colocam essa região num lugar subalterno do desenvolvimento do país.

Essa reprodução subalterna tornar mais vulnerável as crianças e os adolescentes, principalmente aquelas que tem a sua força de trabalho superexplorada, recebendo os mais baixos salários, trabalhando de forma mais intensa e mais precarizadas, como demonstram os dados acima citados, em comparação as outras regiões.

Essa condição de dependência, na periferia da periferia, recrudescer ainda mais essa realidade; coloca a região em condições ainda mais vulnerável e na sua continuada manutenção de condições precárias de trabalho, em especial a informalidade, a pobreza, a desigualdade de renda, a sua condição “vocacional” para a produção de bens primários (grande parte de subsistência).

A condição do Nordeste brasileiro na economia nacional contribui para a precarização da vida dos trabalhadores, que recebem o mais baixo valor pela sua força de trabalho entre as regiões. Esse fator implica na necessidade da participação dos membros da família para a manutenção das necessidades básicas; de tal forma que além de envolver o trabalho feminino, necessita também da força de trabalho de crianças e adolescentes.

Por fim, essa condição peculiar do desenvolvimento do Nordeste torna-se um empecilho para o enfrentamento à exploração de trabalho de crianças e adolescentes implicando em sua manutenção. De tal forma que coloca a infância nordestina em condições ainda mais vulneráveis de exploração.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BRASIL/IBGE. (2016). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio / Síntese dos indicadores 2015. Rio de Janeiro.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo.

FALEIRO, V. de P. (2010). Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINNI, I; PILOTTI, F. (orgs). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

LIRA, T. S. V. (2013). A exploração do trabalho infantil no contexto contemporâneo: uma violação dos Direitos Humanos. *Cognitio Juris*, João Pessoa, n. 8. Disponível em: < <http://www.cognitiojuris.com/artigos/08/08.html> >. Acesso em: Dez. 2016.

KASSOUF, L. (2007). O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol.17 n.2. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005 >. Acesso em: Abril, 2016.

MARINI, R. M. (2011). *Dialética da Dependência*, 1973. In: TRANSPADINI, R. STEDILE, J.P. (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.

MARTINS, J. de S. (1993). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. Introdução. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC.

MARX, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo.

OLIVEIRA, F. de. (2008). *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

RAMOS, P. F. (2007). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. *Histórias das crianças do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

RIZZINI, I. (2009). Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINNI, I; PILOTTI, F. (orgs). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez.

VEIGA, J.P.C. (1998). *A Questão do Trabalho Infantil*. São Paulo: ABET.